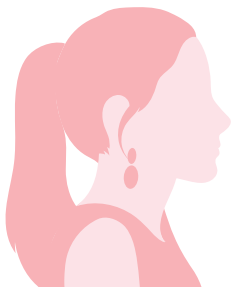




# MULHERES NO DIREITO CONSTITUCIONAL: UMA BIBLIOGRAFIA



#ParaTodosVerem  
Texto alternativo disponível



STF

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MARÇO 2024



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação

# MULHERES NO DIREITO CONSTITUCIONAL: UMA BIBLIOGRAFIA



Março de 2024

SECRETARIA-GERAL DA  
PRESIDÊNCIA

Aline Rezende Peres Osorio

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Fernanda Silva de Paula

SECRETARIA DE ALTOS ESTUDOS,  
PESQUISAS E GESTÃO DA  
INFORMAÇÃO

Patrícia Perrone Campos Mello

COORDENADORIA DE PESQUISAS  
JUDICIÁRIAS

Lívia Gil Guimarães

Paula Coutinho Bahia de Souza

Isabela Gerbeli Garbin Ramanzini

Mariá Silva Brilhante de Medeiros

Ana Júlia Dimatteu

Paulo Victor Neves Sampaio

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA

Luiza Gallo Pestano

Amanda de Melo Gomes

Aline Lima Matos

Célia de Sá Marques de Castro

Márcia Soares de Oliveira

Vasconcelos

Priscila Angélica de Souza Braga

Solange de Oliveira Jacinto

Talita Daemon James

COORDENADORIA DE DIFUSÃO DA  
INFORMAÇÃO

Renata Helena Souza Batista de

Azevedo Rudolf

REVISÃO DE PROVAS EDITORIAIS

Márcia Gutierrez Aben-Athar  
Bemerguy

Juliana Silva Pereira de Souza

Lúcia Helena Lopes Fachinetto

Rosa Cecília Freire da Rocha

PRODUÇÃO EDITORIAL

Lilian Januzzi Vilas Boas

David Duarte Amaral

DIAGRAMAÇÃO

Ana Carolina Caetano

Eduardo Kenji Misawa

IMAGENS DA CAPA

Ana Carolina Caetano

Camila Penha Soares

PARTICIPAÇÃO EXTERNA  
AO STF

Samara Pataxó

Bruna Benevides

Raffaella Cássia de Sousa



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal)

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).

Mulheres no direito constitucional [recurso eletrônico] : uma bibliografia / Supremo Tribunal Federal. –  
Brasília : STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024.  
eBook (50 p.)

Modo de acesso: <<http://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/5929>>.

e-ISBN : 978-65-6141-046-5.

1. Mulher escritora, Brasil. 2. Direito constitucional, Brasil. 3. Direitos da mulher, Brasil. 4. Feminismo,  
Brasil. 5. Igualdade de oportunidades, Brasil. I. Título.

CDDir- 341.2732

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro  
**LUÍS ROBERTO BARROSO**  
Presidente

Ministro  
**LUIZ EDSON FACHIN**  
Vice-Presidente

Ministro  
**GILMAR FERREIRA MENDES**  
Decano

Ministra  
**CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA**

Ministro  
**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

Ministro  
**LUIZ FUX**

Ministro  
**ALEXANDRE DE MORAES**

Ministro  
**KASSIO NUNES MARQUES**

Ministro  
**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

Ministro  
**CRISTIANO ZANIN MARTINS**

Ministro  
**FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA**



# APRESENTAÇÃO

Com alegria, apresento a publicação **Mulheres no Direito Constitucional: uma bibliografia**, produzida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de divulgar a produção de mulheres nos campos do saber e da realização constitucional. Inspirado na bibliografia temática publicada em 2022, com esta obra o Tribunal renova e reforça o seu compromisso com o direito à igualdade de gênero e com o enfrentamento à discriminação sofrida por mulheres em todos os espaços de poder. A exclusão feminina também se manifesta na academia, de modo que trazer visibilidade às produções acadêmicas e doutrinárias de mulheres é medida necessária para a superação desse quadro de persistente desigualdade<sup>1</sup>.

Embora o seu lançamento ocorra no mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, esta obra reflete um compromisso permanente do STF com a proteção dos direitos das mulheres, a igualdade e a democracia.

A progressiva afirmação dos direitos das mulheres, acompanhada pela ascensão de lideranças femininas, é uma das importantes conquistas do nosso tempo. Após árduas lutas, o direito ao voto e à participação na vida política, o direito à educação e à profissionalização, o direito à liberdade sexual e reprodutiva, o direito à igualdade e à não discriminação de gênero são vitórias, ainda que parciais, que merecem reconhecimento e celebração.

---

<sup>1</sup> Em editorial da **Suprema – Revista de Estudos Constitucionais**, uma parte desse problema sistêmico já foi discutida. O texto completo está disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/163/68>.

No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo ao estabelecer, pela primeira vez na história do país, o marco da plena igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres. A partir dos pilares da igualdade e não discriminação, asseguraram-se diversos direitos fundamentais, como a licença-maternidade, a proteção do mercado de trabalho e a proibição de diferença salarial, e estabeleceu-se o dever do Estado brasileiro de implementar políticas públicas voltadas à proteção das mulheres na sociedade.

Tal marco fundamental abriu caminhos para entronizar valores que orientam a produção normativa e a interpretação constitucional, inspirando a adoção de sucessivas legislações, como a lei que tipifica crimes contra a mulher, a que reconhece a união estável como entidade familiar e aquela que prevê a assistência gratuita aos filhos e dependentes em creches e pré-escolas, entre outros direitos.

Recentemente, os avanços institucionais, políticos e sociais no combate às discriminações, desigualdades e injustiças de gênero traçaram contornos mais definidos para proteção e promoção das mulheres. São exemplos desses desenvolvimentos a lei de igualdade salarial (Lei nº 14.611/2023), o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no âmbito da administração pública (Lei nº 14.540/2023) e a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) da cota para paridade de gênero na magistratura (Resolução CNJ nº 525/2023).

Não obstante os resultados alcançados, os processos de afirmação de direitos e de legitimação das mulheres nas sociedades encontram-se inacabados. A cultura do machismo, somada à violência e à discriminação, continua a vitimar, invisibilizar e silenciar mulheres. Os índices alarmantes de feminicídios, a discriminação no ambiente de trabalho e as lacunas de representatividade nas instituições nacionais demonstram a importância da promoção de projetos que deem espaço e voz às mulheres.

É preciso também que esses espaços sejam plurais. O Brasil é um país multiétnico, multirracial e multicultural. A consciência da diversidade como um ativo social pressupõe, portanto, a urgente necessidade de reconhecimento e de participação ativa de todas as mulheres

para a composição de ideias, forças e rumos do país, a partir de uma perspectiva interseccional.

Justamente por acreditar na importância e no valor do olhar interseccional e da diversidade dentro de uma democracia, esta obra teve especial preocupação com a inclusão de pesquisadoras e professoras que produzem o pensamento constitucional contemporâneo brasileiro a partir de uma pluralidade de perspectivas e de recortes. Nesse sentido, a publicação considerou, no trabalho de curadoria e na seleção bibliográfica, marcadores sociais da diferença, que atravessam a existência desse grupo tão heterogêneo. De forma especial, desvela-se às leitoras e aos leitores a preocupação com a valorização de textos de autoras negras, transexuais e indígenas.

Com otimismo quanto ao futuro, acredito que este material encontrará a boa sorte de servir de memória consultiva às novas gerações, revelando-lhes os caminhos pelos quais o respeito, o reconhecimento e a reverência às mulheres se fazem prevalecer.

**Ministro Luís Roberto Barroso**

Presidente do Supremo Tribunal Federal





# SUMÁRIO

1 – Nota Metodológica	11
2 – Doutrina	13



# 1 – NOTA METODOLÓGICA

O presente trabalho tem o objetivo central de conferir visibilidade às publicações de mulheres no âmbito do direito constitucional, ao produzir um levantamento de seus nomes e suas obras.

A seleção bibliográfica desta obra partiu da pesquisa realizada em 2022 para a publicação da Bibliografia Temática **Produção de Mulheres em Direito Constitucional**. Com esse levantamento como ponto de partida, foram acrescentadas 100 novas autoras àquelas já listadas. Além de promover a manutenção da referência às mulheres citadas na obra precedente, de modo a fixar seus nomes na memória coletiva como referência no campo dos estudos constitucionais, essa expansão permitiu ampliar o alcance da iniciativa e sua diversidade.

De fato, na construção desta segunda publicação, o olhar interseccional foi um pressuposto. Para isso, o STF contou com a participação de mulheres representantes de grupos sociais diversos, como indígenas, transexuais e negras, no esforço de obter um levantamento ainda mais inclusivo e plural. Partindo de tais premissas, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida em três fases:

1. levantamento de obras de mulheres com titulação de doutorado e notório destaque em sua atuação profissional<sup>1</sup>;

---

<sup>1</sup> Nessa fase, os critérios foram: titulação (doutorado concluído); profissões (professoras, pesquisadoras, magistradas, promotoras, procuradoras e defensoras, além de ocupantes de cargos do Poder Executivo e Legislativo da União, estados, Distrito Federal e municípios); e relevância do tipo de material indicado (teses de doutorado, artigos científicos publicados em revistas acadêmicas e institucionais reconhecidas, livros ou capítulos de livros).

2. expansão do levantamento da fase anterior<sup>2</sup>, a fim de abranger também obras de mulheres doutorandas e de mestrandas ou mestras pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados<sup>3</sup> ou, ainda, que tenham expressão político-social de impacto em suas áreas de atuação; e
3. confirmação da atualidade das obras e da titulação das autoras selecionadas<sup>4</sup>.

Ao final, foram indicadas 100 novas publicações, entre artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros. Além disso, adotou-se como critério obrigatório, durante a seleção, que os textos recomendados estivessem disponíveis nas bibliotecas cooperantes da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) ou que fossem obras de acesso aberto. É certo que tal condicionante pode ter levado à seleção de obras que não necessariamente são as principais produções de cada autora. No entanto, ela tem por objetivo possibilitar que as leitoras e os leitores tenham acesso facilitado às referidas obras, assegurando, portanto, um maior impacto para a iniciativa e para suas produções.

---

<sup>2</sup> A expansão do levantamento realizado na primeira fase se fez necessária diante da constatação de que o critério de doutoramento acabava por limitar o número de mulheres não brancas e, por conseguinte, restringia o alcance do principal objetivo da obra de trazer visibilidade às mais diversas mulheres que tenham produção no campo do direito constitucional e em temáticas correlatas. As desigualdades raciais, étnicas e de classe que persistem no país – e que se refletem em ausências de mulheres não brancas em altos postos da profissão, ou mesmo, na menor quantidade delas com título de doutorado – justificam a existência de critérios diferenciados nas fases 1 e 2 do levantamento. Mais uma vez ressalta-se a importância do olhar interseccional na construção da presente obra.

<sup>3</sup> Foi estabelecida comunicação com lideranças jurídicas, políticas e sociais para a participação na seleção de autoras e trabalhos. Para tanto, foram escolhidas mulheres com notória relevância na defesa de direitos humanos de grupos vulnerabilizados. São elas: Samara Patáxó, doutoranda em Direito e assessora-chefe de Inclusão e Diversidade da Secretaria-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Bruna Benevides, secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e coautora do dossiê anual que mapeia a violência contra a população trans no Brasil; e Raffaella Cássia de Sousa, mestra em Direito, juíza federal titular da Vara Única da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul/AC, formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Além de sugerirem nomes e trabalhos acadêmicos, as colaboradoras foram consultadas sobre a melhor forma de referenciar as autoras das obras, a fim de preservar a afirmação identitária de mulheres indígenas e transexuais.

<sup>4</sup> Para confirmação da titulação acadêmica, utilizaram-se a plataforma Lattes e o ORCID. Já para a verificação da atualidade das obras das autoras selecionadas, além da consulta a essas plataformas, foram realizadas buscas em algumas bases indexadoras (SciELO, Redalyc, EBSCO e Google Scholar) com filtragem de data.

## 2 – DOUTRINA

1. ABELLA, Rosalie Silberman. International law and human rights: the power and the pity. **McGill Law Journal**, Montreal, v. 55, n. 4, p. 871-890, 2010. HeinOnline. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180726030428/https://www.erudit.org/fr/revues/mlj/2010-v55-n4-mlj1498187/1000787ar.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024. **STF (DIG)**
2. ALMEIDA, Cecília Barreto de. Estudantes negras são mais que páginas em branco: pedagogias anti-discriminatórias para justiça social. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 227, p. 238-249, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54021/751375151726>. Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
3. ALMEIDA, Ceila Sales de. Feminismos negros: rupturas epistemológicas e interseccionalidades de gênero e raça. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Leme do Prado, v. 2, p. 1-15, 2023. Disponível em: [https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2023/1199\\_feminismos\\_negros\\_rupturas\\_epistemologicas\\_e\\_interseccionalidades\\_de\\_g.pdf](https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2023/1199_feminismos_negros_rupturas_epistemologicas_e_interseccionalidades_de_g.pdf). Acesso em: 8 fev. 2024. **(DIG)**
4. ALMEIDA, Eloísa Machado de. Pesquisa com células tronco embrionárias: os argumentos e o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal. *In*: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na jurisprudência do STF**. Salvador: JusPODIVM, 2016. p. 23-48. [1077223] CAM MJU TJD **STF 341.12191 I34 IDC (DIG)**

5. ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competências na Constituição de 1988**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 154 p. Sumário disponível em: [https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/SumarioSERE/983257\\_Sumario.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/SumarioSERE/983257_Sumario.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024. [983257] SEN CAM AGU STM TJD **STF 341.255 A447 CCM 6. ED**
6. ALVES, Clara da Mota Santos Pimenta. Gênero e poder na magistratura: uma reflexão sobre democratização dos espaços públicos à luz do feminismo contemporâneo. **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 352-370, ago. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/publicum/article/view/29652>. Acesso em: 30 jan. 2024. **(DIG)**
7. ALVES, Raquel de Andrade Vieira. **Federalismo fiscal brasileiro e as contribuições**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 293 p. [1104802] CAM **STF 341.393 A474 FFB**
8. ALVIM, Teresa Arruda. **Modulação**: na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 290 p. Sumário disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2021/maio/1188192/sumario.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1188192] STJ TJD **STF 341.202 A475 MAJ 2.ED**.
9. AMORIM, Victória Dandara Toth Rossi. A vida secreta das travestis. *In*: REIS JUNIOR, Sebastião. **Translúcida**. São Paulo: Amanuense, 2023. p. 254-261. [124211] STJ CLD
10. ARISTOVA, Ekaterina. Tort Litigation against Transnational Corporations in the English Courts: The Challenge of Jurisdiction. **Utrecht Law Review**, Utrecht, v. 14, n. 2, p. 6-21, 2018. HeinOnline. **STF (DIG)**
11. ARRUDA, Carmen Silvia Lima de. **O princípio da transparência**. São Paulo: Quartier Latin, 2020. 403 p. Sumário disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2021/abril/1181825/sumario.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024. [1181825] SEN STJ **STF 341.31 A779 PTR**

12. BALIZA, Amanda Souto. Evolução histórica dos direitos das pessoas LGBTI+ no Brasil. *In*: FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de; PAIVA, Luciano Luan Gomes; FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas (org). **Amplamente**: gênero e diversidade. Natal: Amplamente Cursos e Formação Continuada, 2020. p. 64-79. Disponível em: [https://0618a0b3-faee-432b-b78e-e89614c1011b.filesusr.com/ugd/b9c3ab\\_c3c129b2c8c04bb182302ff6ff1f3093.pdf?index=true](https://0618a0b3-faee-432b-b78e-e89614c1011b.filesusr.com/ugd/b9c3ab_c3c129b2c8c04bb182302ff6ff1f3093.pdf?index=true). Acesso em: 14 fev. 2024. **(DIG)**
13. BANIWA, Braulina; KAINANG, Joziléia; GUAJAJARA, Keila; TEMBÉ, Puyr. Corpos territórios indígenas mulheres e participação na política no Brasil. *In*: VERDUM, Ricardo; PAULA, Luis Roberto de; LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Participação indígena em eleições**: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 106-114. Disponível em: [https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena\\_06JAN.pdf](https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
14. BAPTISTA, Patrícia Ferreira. A política de municipalização do ensino fundamental: limites ao controle de políticas públicas de educação. **Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/273/218>. Acesso em: 14 fev. 2024. **(DIG)**
15. BARBIERI, Catarina Helena Cortada. Determinação e indeterminação no formalismo de Ernest Weinrib. *In*: MACEDO JR., Ronaldo Porto; BARBIERI, Catarina Helena Cortada (org.). **Direito e interpretação**: racionalidades e instituições. São Paulo: Saraiva: FGV, 2011. p. 243-258. [912617] SEN STJ TCD TST
16. BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; STRAPASSON, Kamila Maria. Diretrizes para o aperfeiçoamento das decisões colegiadas do STF à luz da teoria de Dworkin = Guidelines for the improvement of STF collegiate decisions in the light of Dworkin's theor. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 23, n. 131, p. 556-580, out./jan. 2021/2022. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1931/1400>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1211857] **(DIG)**



17. BARCELLOS, Ana Paula de. **Direitos fundamentais e direito à justificativa**: devido procedimento na elaboração normativa. 3. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 281 p. Sumário disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2020/outubro/1176470/sumario.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1176470] SEN TCD TJD **STF 341.2 B242 DFD 3.ED.**
18. BARRETT, Amy Coney. Congressional Insiders and Outsiders: essays. **University of Chicago Law Review**, Chicago, v. 84, Special Issue, p. 2193-2212, 2017. HeinOnline. **STF (DIG)**
19. BARROSO, Luna van Brussel. **Liberdade de expressão e democracia na era digital**: o impacto das mídias sociais no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 327 p. Sumário disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/183838/liberdade\\_expressao\\_democracia\\_barroso.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/183838/liberdade_expressao_democracia_barroso.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024. [1251874] STJ
20. BASTOS, Ana Carolina Andrada Arrais Caputo. Amicus curiae e o STF: o que muda com o CPC/15? *In*: WAMBIER, Luiz Rodrigues; NÓBREGA, Guilherme Pupe da; BECKER, Rodrigo Frantz *et al.* (coord.). **Código de Processo Civil no STF e no STJ**: estudos sobre os impactos e interpretações. Salvador: JusPODIVM, 2018. p. 19-44. [1152662] AGU STJ TJD TST **STF 341.46 2015 C669 CPC (DIG)**
21. BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. As mortes sem pena no Brasil: a difícil convergência entre direitos humanos, política criminal e segurança pública. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 211-229, jan./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115491/113073>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1075646] SEN STJ **STF (DIG)**
22. BEDÊ, Fayga Silveira. Sísifo no limite do imponderável ou direitos sociais como limites ao poder reformador. *In*: BONAVIDES, Paula; LIMA, Francisco Gérson Marques de; BEDÊ, Fayga Silveira (coord.). **Constituição e democracia**: estudos em homenagem ao prof. J. J.

Gomes Canotilho. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 89-118. [767833]  
CAM AGU MJU STJ TJD TST **STF 341.208 C227 CDE (DIG)**

23. BELFORT, Lucia Fernanda Inácio (Fernanda Kaingáng)<sup>5</sup>. **A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, em face da convenção sobre diversidade biológica**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/5138>. Acesso em: 30 jan. 2024. **(DIG)**
24. BELFORT, Susana Andréa Inácio (Susana Kaingáng)<sup>6</sup>; MENEZES, Magali Mendes de. Ponto de cultura Kanhgág Jãre: caminho para implementação da Lei 11.645/2008. **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, v. 10, n. 26, p. 46-65, ago./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/rla/index.php/rla/article/view/1185>. Acesso em: 30 jan. 2024. **(DIG)**
25. BERTULEZA SANTOS, Aléssia Pâmela. Responsabilidade internacional do estado por violação às normas da OMS: uma análise do caso China. *In*: HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida (org.). **Covid-19 e o Direito na Bahia: estudos da comunidade da UNEB em homenagem à memória de Rivaldo Macedo Costa**. Salvador: Editora Direito Levado a Sério, 2020. p. 26-39. Disponível em: <https://fabioperiandro.adv.br/wp-content/uploads/2020/10/2020-Covid-19-e-o-Direito-na-Bahia-ISBN-978-65-87020-01-3.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024. **(DIG)**
26. BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. **Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 216 p. [1161450] SEN CAM

---

<sup>5</sup> A Comissão Organizadora desta obra, a fim de valorizar a afirmação identitária de autoras indígenas nacionais, incluiu, além dos nomes constantes na citação bibliográfica original, os seus nomes étnicos.

<sup>6</sup> A Comissão Organizadora desta obra, a fim de valorizar a afirmação identitária de autoras indígenas nacionais, incluiu, além dos nomes constantes na citação bibliográfica original, os seus nomes étnicos.

27. BINDER, Christina. Direitos humanos em tempos de emergência: uma perspectiva interamericana com especial foco na defesa do Estado de direito. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 94-107, ago. 2021. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/7880>. Acesso em: 14 fev. 2024. [1208625] (DIG)
28. BUCCI, Maria Paula Dallari. As ações afirmativas no Supremo Tribunal Federal: conexões entre direito e política na difícil promoção da equidade racial no Brasil = Affirmative action at the Supreme Court: connections between law and politics in the difficult promotion of racial equity in Brazil. **A & C: revista de direito administrativo & constitucional**, Curitiba, v. 21, n. 83, p. 51-74, jan./mar. 2021. [1198231] CLD STJ TCD **STF (DIG)**
29. BUENO, Winnie de Campos; BERTOLDI, Márcia Rodrigues. Considerações sobre a laicidade brasileira a partir da criminalização das expressões religiosas das tradições de matriz africana. **Relegens Thréskeia: estudos e pesquisa em religião**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 1-23, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/56985>. Acesso em: 14 fev. 2024. (DIG)
30. CABRAL, Trícia; PASSAMANI, Brigida Roldi. O controle concentrado de constitucionalidade e o precedente normativo no CPC/15. *In*: CUNHA JÚNIOR, Dirley da; MINAMI, Marcos Youji; NOVELINO, Marcelo (coord.). **Repercussões do CPC no controle concentrado de constitucionalidade**. Salvador: JusPODIVM, 2019. p. 63-76. [1188839] STM TCD TST **STF 341.202 R425 RCC (DIG)**
31. CALABRIA, Carina. Alterações normativas, transformações sociojurídicas: analisando a eficácia da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1286-1355, jun. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/28028>. Acesso em: 14 fev. 2024. [1107004] (DIG)

32. CALIL, Ana Luíza Fernandes. Inovação no setor público: o desafio de equilibrar o papel do Estado e do direito. *In*: BECKER, Daniel; FERRARI, Isabela (coord.). **Regulação 4.0**: novas tecnologias sob a perspectiva regulatória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 15-33. [1178101] SEN CAM STJ TCD TJD TST **STF 341 R344 RQP**
33. CÂMARA, Heloisa Fernandes. STF e as sereias: abstrativização do controle incidental de constitucionalidade e rearranjos constitucionais. *In*: CLÈVE, Clèmerson Merlin; SCHIER, Paulo Ricardo; LORENZETTO, Bruno Meneses *et al.* (coord.). **Jurisdição constitucional em perspectiva**: estudos em comemoração aos 20 anos da Lei 9.868/1999. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 135-156. [1197057] SEN CAM STJ TCD TJD
34. CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. O peso da argumentação empírica na jurisdição constitucional. *In*: ALEXY, Robert; LOPES, Mônica Sette; Saliba, Aziz Tuffi *et al.* (org.). **Princípios formais e outros aspectos da teoria discursiva do direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 71-87. [1090091] SEN CLD STM TCD TJD TST **STF 340.1 P957 PFO**
35. CAMPBELL, Meghan. CEDAW and women's intersecting identities: a pioneering new approach to intersectional discrimination = CEDAW e a intersecção de identidades de mulheres: uma abordagem pioneira para a discriminação interseccional. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 479-504, jul./dez. 2015. Disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/98565/Cedaw\\_intersec%c3%a7%c3%a3o\\_identidades\\_campbell.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/98565/Cedaw_intersec%c3%a7%c3%a3o_identidades_campbell.pdf). Acesso em: 29 jan. 2024. [1184478] MJU STJ TST **(DIG)**
36. CANTO, Vanessa Santos do. História do direito e saúde e população negra: reescrevendo a história de um direito desde a perspectiva antirracista. **Revista Direito e Justiça**: reflexões sociojurídicas, Santo Ângelo, v. 23, n. 45, p. 79-99, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitojustica/article/view/928>. Acesso em: 30 jan. 2024. **(DIG)**

37. CARNEIRO, Maíra de Oliveira (Maíra Pankararu)<sup>7</sup>. **“Nossa história não começa em 1988”**: o direito dos povos indígenas à luz da justiça de transição. 2023. 84 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/47319>. Acesso em: 16 fev. 2024.
38. CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 431 p. [1232742] SEN CAM CLD
39. CARVALHO, Flávia Martins de. **Audiências Públicas no Supremo Tribunal Federal**: uma alternativa democrática? Orientadora: Margarida Maria Lacombe Camargo. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/35696315/AUDI%C3%84NCIAS\\_P%C3%94BLICAS\\_NO\\_SUPREMO\\_TRIBUNAL\\_FEDERAL\\_UMA\\_ALTERNATIVA\\_DEMOCR%C3%84TICA?uc-g-sw=33849124](https://www.academia.edu/35696315/AUDI%C3%84NCIAS_P%C3%94BLICAS_NO_SUPREMO_TRIBUNAL_FEDERAL_UMA_ALTERNATIVA_DEMOCR%C3%84TICA?uc-g-sw=33849124). Acesso em: 8 fev. 2024. (DIG)
40. CARVALHO, Joênia Batista de (Joênia Wapixana)<sup>8</sup>. Terras indígenas: a casa é um asilo inviolável. In: ARAÚJO, Ana Valéria *et al.* **Povos indígenas e a lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 85-101. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/povos-indigenas-e-a-lei-dos-brancos-o-direito-a-diferenca,2ecc9bb2-8642-4928-8e31-0b2aef61d972>. Acesso em: 16 fev. 2024. (DIG)

---

<sup>7</sup> A Comissão Organizadora desta obra, a fim de valorizar a afirmação identitária de autoras indígenas nacionais, incluiu, além dos nomes constantes na citação bibliográfica original, os seus nomes étnicos.

<sup>8</sup> A Comissão Organizadora desta obra, a fim de valorizar a afirmação identitária de autoras indígenas nacionais, incluiu, além dos nomes constantes na citação bibliográfica original, os seus nomes étnicos.

41. CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Indígenas na prisão: o déficit da perspectiva intercultural. *In*: CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de; OLIVEIRA, Assis Da Costa (org.). **Lei do índio ou lei do branco? Quem decide? Sistemas jurídicos indígenas e intervenções estatais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 127-156. [1168472] SEN CLD **STF 341.345 L525 LIL (DIG)**
42. CATRILEO ARIAS, Rosa Elizabeth. **Los pueblos indígenas y las violaciones estructurales de derechos humanos en la jurisprudencia del sistema interamericano**: aplicabilidad al caso mapuche en Chile. 2023. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Facultad de Derecho, Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2023. Disponível em: [https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/196376/Los-pueblos-ind%\*c3\*%adgenas-y-las-violaciones-estructurales-de-derechos-humanos-en-la-jurisprudencia.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/196376/Los-pueblos-ind%c3%adgenas-y-las-violaciones-estructurales-de-derechos-humanos-en-la-jurisprudencia.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
43. CEREZETTI, Sheila Christina Neder *et al.* (coord.). **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP**: um currículo oculto? São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019. 127 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7625626/mod\\_resource/content/1/367420por.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7625626/mod_resource/content/1/367420por.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
44. CHAN, Cora. Proportionality and invariable baseline intensity of review. **Legal Studies**, Cambridge, v. 33, n. 1, p. 1-21, 2013. HeinOnline. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2180463](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2180463). Acesso em: 16 fev. 2024. **STF (DIG)**
45. CHERUBIM, Renata Rocha de Mello Martins. Meio ambiente e Constituição – Direito fundamental à proteção ambiental na Alemanha? **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 3, n. 2, p. 51-85, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/283/118>. Acesso em: 8 fev. 2024. [1252146] STJ **STF (DIG)**

46. CHUEIRI, Vera Karam de; BROOCKE, Bianca M. Schneider van der (ed.). **Constitucionalismo transformador em América Latina**. Bogotá: Tirant lo Blanch, 2021. 108 p. [1193909] CAM
47. CITTADINO, Gisele Guimarães. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**: elementos da filosofia constitucional contemporânea. 5. ed. Andradina: Meraki, 2020. 253 p. [1234919] CLD
48. COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 287 p. [1200189] CAM
49. CONCEIÇÃO, Isis Aparecida. Racismo e pandemia uma análise jurídica: dimensões de justiça e suas interseções. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1741-1776, 2021; **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 10, n. 101, p. 24-50, jul. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/51354>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1205399] (DIG)
50. CONCEIÇÃO, Keyla Francis de Jesus da (Keyla Pataxó)<sup>9</sup>. **A invisibilidade do indígena no processo eleitoral brasileiro**: as organizações indígenas e a luta pela representação política. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/31979>. Acesso em: 16 fev. 2024.
51. CORREIA, Arícia Fernandes. Bodas Constitucionais de Coral: novas rodadas de embates institucionais, defesa das minorias, constitucionalismo feminista e precedentes da advocacia consultiva pública carioca. **Revista Carioca de Direito**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 45-67, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://rcd.pgm.rio/index.php/rcd/article/view/92>. Acesso em: 14 fev. 2024. (DIG)

---

<sup>9</sup> A Comissão Organizadora desta obra, a fim de valorizar a afirmação identitária de autoras indígenas nacionais, incluiu, além dos nomes constantes na citação bibliográfica original, os seus nomes étnicos.

52. COSTA, Susana Henriques da; ALMEIDA, Ananda Palazzin. Acesso à justiça e atuação do Ministério Público na defesa dos interesses sociais. **Direito Público**, v. 19, n. 101, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5725>. Acesso em: 14 fev. 2024. [1243905] (DIG)
53. COSTA, Teresa Cristina de Melo. Breve reflexão sobre mutação constitucional no Brasil e nos Estados Unidos. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília, n. 16, p. 303-321, mar. 2012. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/EAGU/issue/view/71/178>. Acesso em: 20 mar. 2024. [1102685] AGU (DIG)
54. CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. HeinOnline. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 8 fev. 2024. (DIG)
55. CRUZ, Adriana Alves dos Santos; ALVIM, Alcioni Escobar da Costa. As questões raciais e poder judiciário: enfrentamentos necessários. *In*: PIMENTA, Clara da Mota; SUXBERGER, Rejane Zenir Jungbluth Teixeira; VELOSO, Roberto Carvalho (org.). **Magistratura e equidade: estudos sobre gênero e raça no poder judiciário**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 27-44. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Magistratura-Equidade.pdf](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Magistratura-Equidade.pdf). Acesso em: 9 fev. 2024. [1139054] STJ (DIG)
56. CUNHA, Beatriz Carvalho de Araujo. Jurisdição constitucional em tempos de crise: equilibrando-se entre a contenção do autoritarismo e o risco de empacotamento. **Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, mai./jun. 2021. Disponível em: <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/218>. Acesso em: 15 fev. 2024. (DIG)



57. CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Desempenho judicial, o quanto a sociedade confia e como avalia o poder judiciário brasileiro: a importância das medidas de confiança nas instituições. *In*: RODRIGUEZ, José Rodrigo; SILVA, Felipe Gonçalves (coord.). **Manual de sociologia jurídica**. São Paulo: SaraivaJur, 2019. p. 299-317. [1157606] CAM MJU STM TCD
58. DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024. [1076694] SEN CLD TJD
59. DAVIS, Megan. Closing the gap in indigenous disadvantage: a trajectory of indigenous inequality in Australia. **Georgetown Journal of International Affairs**, Washington, v. 16, n. 1. p. 34-44, 2015. HeinOnline. Disponível em: <https://unsworks.unsw.edu.au/fapi/datastream/unsworks:41608/bin2b3f9da8-5afe-4f3a-8108-3928fc40adbb?view=true>. Acesso em: 16 fev. 2024. **STF (DIG)**
60. DECKER, Janet R. Facebook phobia: the misguided proliferation of restrictive social networking policies for school employees. **Northwestern Journal of Law and Social Policy**, Chicago, v. 9, n. 2. p. 163-205, 2014. HeinOnline. Disponível em: [https://heinonline.org/HOL/Page?public=true&handle=hein.journals/nwjslso9&div=11&start\\_page=163&collection=journals&set\\_as\\_cursor=0&men\\_tab=srchresults](https://heinonline.org/HOL/Page?public=true&handle=hein.journals/nwjslso9&div=11&start_page=163&collection=journals&set_as_cursor=0&men_tab=srchresults). Acesso em: 16 fev. 2024. **STF (DIG)**
61. DERZI, Misabel de Abreu Machado. O princípio federativo e a questão dos royalties do petróleo: breves reflexões críticas. *In*: DERZI, Misabel de Abreu Machado; SOARES, Fabiana de Menezes (org.). **Perspectivas para o desenvolvimento: práticas, leis e políticas**. Belo Horizonte: Initia Via, 2020. p. 12-47. [1208543] AGU
62. DIAS, Maria Berenice. O direito de ser e de não ser igual. *In*: DIAS Maria Berenice (coord.); BARRETO, Fernanda Carvalho Leão (org.). **Intersexo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 23-27. [1142054] SEN CLD MJU TST

63. DINIZ, Debora. **Zika: do sertão nordestino à ameaça global**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 191 p. Sumário disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1072395>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1072395] SEN CAM
64. DIXON, Rosalind; LOUGHLAND, Amelia. Comparative constitutional adaptation: democracy and distrust in the High Court of Australia. **International Journal of Constitutional Law**, New York, v. 19, n. 2, p. 455-475, Apr. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/19/2/455/6272277>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1209223] STF (DIG)
65. DODGE, Raquel Elias Ferreira. Povos indígenas: direito, ética e controle social. **Boletim dos Procuradores da República**, São Paulo, v. 4, n. 38, p. 14-18, jun. 2001. Disponível em: <https://www.anpr.org.br/publicacoes/boletim/boletim-n-38-2001/viewdocument/164>. Acesso em: 16 fev. 2024. [608500] SEN CAM AGU PGR STF (DIG)
66. DUPRAT, Déborah. Igualdade de gênero, cidadania e direitos humanos. *In*: CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de (org.). **Perspectivas de gênero e o sistema de justiça brasileiro**. Brasília: ESMPU, 2019. p. 199-214. [1163586] CAM AGU MJU PGR STJ TCD TJD TST (DIG)
67. ECKES, Suzanne E. Academic freedom in U.S. public schools = Liberdade acadêmica em escolas públicas dos Estados Unidos. **Suprema: revista de estudos constitucionais**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 53-73, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/64/34>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1213795] STJ STF (DIG)
68. EPSTEIN, Lee; ROWLAND, C. K. Debunking the myth of interest group invincibility in the courts. **American Political Science Review**, New York, v. 85, n. 1, p. 205-217, mar. 1991. [469586] SEN CAM
69. ESTELLITA, Heloisa. **Responsabilidade penal de dirigentes de empresas por omissão**: estudo sobre a responsabilidade omissiva

imprópria de dirigentes de sociedades anônimas, limitadas e encarregados de cumprimento por crimes praticados por membros da empresa. São Paulo: Marcial Pons, 2017. 325 p. Sumário disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/119551/responsabilidade\\_penal\\_dirigentes\\_estellita.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/119551/responsabilidade_penal_dirigentes_estellita.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024. [1109339] STJ TJD **STF 341.522 E79 RPD**

70. ESTEVES, Bruna de Bem. Mandados de injunção coletivos: estratégia de movimentos sociais de integração e desintegração? = Collective injunctions: a strategy of social movements related to integration or social movements related to disintegration. **Revista Direito e Liberdade**: RDL, Natal, v. 20, n. 2, p. 53-72, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/125383>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1133975] STJ (**DIG**)
71. FACHIN, Melina Girardi. Reconhecimento judicial do direito à interrupção voluntária da gravidez: entre o direito que pune e o direito que emancipa. *In*: GOTTI, Alessandra; SOARES, Virginia P. Soares; CUREAU, Sandra (coord.). **Mulheres e justiça**: os direitos fundamentais escritos por elas. Salvador: JusPODIVM, 2021. p. 577-604. [1200140] SEN CAM TJD TST **STF (DIG)**
72. FARIA, Adriana Ancona de; ALMEIDA, Eloísa Machado de. Responsabilidade do Estado frente às condições de detenção: estudos de caso no STF = State responsibility for cruel prison condition: Supreme Court case study. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo**, São Paulo, v. 4, n. 25, p. 141-159, jul./ago. 2016. [1081552] STJ **STF (DIG)**
73. FERNANDES, Tarsila Ribeiro Marques. **Súmula impeditiva de recursos e os precedentes judiciais**. Recife: Nossa Livraria, 2010. 112 p. [1051184] AGU
74. FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; FERRARI, Paola Nery. Os direitos constitucionais dos administrados em face da pandemia da COVID-19. *In*: POZZO, Augusto Dal; CAMMAROSANO, Márcio (coord.). **As implicações da COVID-19 no direito administrativo**.

São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 167-182. [1180890] CAM STJ STM TCD TJD TST **STF 341.3 I34 ICD (DIG)**

75. FERRAZ, Anna Candida da Cunha. O descumprimento da Constituição pelos poderes constituídos e seus reflexos institucionais no Brasil = Breach of the constitution by the federal powers and its institutional reflections in Brazil. **Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional**, Madrid, v. 19, p. 95-127, 2015. [1073617] **STF (DIG)**
76. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Políticas da morte: covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 74-92, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/download/6931/pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024. [1190102]
77. FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 7-20, out. 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/nonatocamelos/disciplinas/etica-no-servico-publico/texto/redistribuicao-reconhecimento-e-participacao>. Acesso em: 29 jan. 2024. **(DIG)**
78. FRAZÃO, Ana; MEDEIROS, Ana Rafaela. Responsabilidade civil dos provedores de internet: a liberdade de expressão e o art. 19 do marco civil. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LOBO, Fabíola Albuquerque; ANDRADE, Gustavo (coord.). **Liberdade de expressão e relações privadas**. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 413-431. [1211761] CAM STJ TJD **STF (DIG)**
79. FREITAS, Ana Teresa Silva de. O despertar da consciência da desigualdade de gênero no Ministério Público Brasileiro: resgate histórico do debate institucional interno deflagrado no último biênio. In: CASTILHO, Ela Wiecko V. de et al. (org.). **Perspectivas de gênero e o sistema de justiça brasileiro**. Brasília: ESMPU, 2019. p. 19-50. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/>

perspectivas-de-genero-e-o-sistema-de-justica-brasileiro. Acesso em: 16 fev. 2024. [1163536] CAM AGU MJU PGR STJ TCD TST

80. GALINDO, Antonella Bruna Machado Torres<sup>10</sup>. O Estado laico segundo o Supremo Tribunal Federal: Aspectos da legalidade oblíqua e contramajoritária no Brasil. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, p. 56-79. nov. 2021. Edição Comemorativa dos 130 anos da Revista Acadêmica. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ACADEMICA/article/view/252585>. Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
81. GAROT, Marie José. De la administración electrónica a una democracia digital. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/35216/34016>. Acesso em: 16 fev. 2024. [836069] SEN MJU STJ TST **(DIG)**
82. GAZEAU, Chrystelle. Le droit d'avoir des droits ou agir pour exister: lectures arendtienes. **Suprema: revista de estudos constitucionais**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 127-154, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/135/76>. Acesso em: 8 fev. 2024. [1230009] STJ **STF (DIG)**
83. GINSBURG, Ruth Bader; HARTNETT, Mary; WILLIAMS, Wendy W. **My own words**. New York: Simon & Schuster, 2018. 371 p. [1155697] CAM
84. GLOPPEN, Siri. Conceptualizing abortion lawfare. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 17, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/160828>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1212616] **(DIG)**
85. GOMES, Camilla de Magalhães. Qual o gênero no STF? Uma análise do discurso de gênero presente nos votos das(os) ministras(os)

---

<sup>10</sup> Em respeito ao nome da autora, foi feita a retificação da referência original pela Comissão Organizadora desta publicação.

do Supremo Tribunal Federal. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 2225-2262, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/51710>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1238968] **(DIG)**

86. GOMES, Juliana Cesario Alvim. **Por um constitucionalismo difuso: cidadãos, movimentos sociais e o significado da Constituição**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2020. 239 p. [1164276] CAM TST
87. GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. **Direitos fundamentais sociais: releitura de uma constituição dirigente**. 5. ed. rev. e atual. até a Emenda constitucional n. 101, de 03.07.2019. Curitiba: Juruá, 2019. 303 p. Sumário disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/2783>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1160860] SEN CAM STJ **STF 341.272 G635 DFS 5.ED.**
88. GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75614, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75614>. Acesso em: 14 fev. 2024. **(DIG)**
89. GONZALEZ, Lélia; ORTIZ, María Camila. La categoría político-cultural de la amefricanidad. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 1, p. 266-285, 2022. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3968>. Acesso em: 8 fev. 2024. **(DIG)**
90. GRINOVER, Ada Pellegrini. Caminhos e descaminhos do controle jurisdicional de políticas públicas no Brasil. *In*: MIRANDA, Jorge; MENEZES, Fernando Antônio Dias; SILVEIRA, João José Custódio da (coord.). **Justiça constitucional**. São Paulo: Almedina, 2018. p. 315-340. [1151296] AGU PGR TST **STF 341.2 J96 JUC (DIG)**

91. GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio (Judite Guajajara)<sup>11</sup>; SANTOS, Samara Carvalho (Samara Pataxó)<sup>12</sup>. Tecidos, linhas e agulhas: mulheres indígenas e a “costura” de interlocuções no contexto da pandemia. **Vukápanavo**: revista Terena, Uberlândia, n. 3, p. 105-114, out./nov. 2020. Disponível em: <https://api.saudeindigena.icict.fiocruz.br/api/core/bitstreams/a1e9b85f-2fbe-4e82-95fb-e524e38fee2b/content>. Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
92. GUERRA, Maria Pia. Um judiciário para um regime autoritário: os projetos de reforma judicial na década de 1930. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9MgZfp6bLwcdMcnmMGzYQbn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
93. GUIMARÃES, Livia Gil. Participação Social no STF: repensando o papel das audiências públicas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 236-271, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36633>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1179625]
94. GULYAEVA, Elena Evgenyevna. Right to health in european legal system: the content and guarantees. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57-81, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/15/15>. Acesso em: 9 fev. 2024. [1202558] STJ **STF (DIG)**
95. HILBINK, Lisa. From Renaissance to Enlightenment. **Tulsa Law Review**, Tulsa, v. 51, n. 2, p. 281-292, 2016. HeinOnline. Disponível em: <https://digitalcommons.law.utulsa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2966&context=tlr>. Acesso em: 20 fev. 2024. **STF (DIG)**

---

<sup>11</sup> A Comissão Organizadora desta obra, a fim de valorizar a afirmação identitária de autoras indígenas nacionais, incluiu, além dos nomes constantes na citação bibliográfica original, os seus nomes étnicos.

<sup>12</sup> A Comissão Organizadora desta obra, a fim de valorizar a afirmação identitária de autoras indígenas nacionais, incluiu, além dos nomes constantes na citação bibliográfica original, os seus nomes étnicos.

96. HOGEMANN, Edna Raquel Rodrigues Santos; ALMEIDA, Eliane Vieira Lacerda; BRITO, Lorena Medeiros Toscano de. Teleaborto: direito ao acesso à justiça reprodutiva no Brasil. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 2, n. 2, p. 155-188, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/125/77>. Acesso em: 9 fev. 2024. [1230026] STJ **STF (DIG)**
97. HORBACH, Beatriz Bastide. Os limites da liberdade de expressão: o confronto de entendimento do Supremo Tribunal Federal nos casos Ellwanger e Marcha da = The Limits of Freedom of Expression: The Brazilian Supreme Court's Stance on the So-Called 'Ellwanger' and 'Marijuana March' Cases. **Direitos Fundamentais & Justica**, Porto Alegre, v. 20, p. 218-235, 2012. [953246] SEN STJ TJD TST **STF (DIG)**
98. IFILL, Sherrilyn A. Racial diversity on the bench: Beyond role models and public confidence. **Washington and Lee Law Review**, Washington, v. 57, n. 2, p. 405-495, Jan. 2000. HeinOnline. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.wlu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1380&context=wlulr>. Acesso em: 9 fev. 2024. **STF (DIG)**
99. IGREJA, Rebecca Lemos; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Acesso à justiça: um debate inacabado. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 1, n. 2, p. 191-220, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/68/38>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1213895] STJ **STF (DIG)**
100. JACKSON, Ketanji Brown; ESCALANTE, Karen. Section 10(b) and Rule 10b-5: The US. Courts of Appeals Apply Different Legal Tests for Assessing the Primary Liability of Secondary Actors. **Securities Litigation, Enforcement, and White Collar Criminal Defense Newsletter**, [New York], v. 2, n. 1, p. 10-12, 2009. Disponível em: <https://www.jdsupra.com/post/contentViewerEmbed.aspx?fid=40ed5d68-338f-4610-b58e-0465c196e0c4>. Acesso em: 16 fev. 2024.
101. JACKSON, Vicki C. The (myth of un) amendability of the US Constitution and the democratic component of constitutionalism.



- International Journal of Constitutional Law**, New York, v. 13, n. 3, p. 575-605, jul. 2015. [1057083] **STF (DIG)**
102. KAGAN, Elena. Remarks Commemorating Celebration 55: The Women's Leadership Summit. **Harvard Journal of Law & Gender**, Cambridge, v. 32, n. 2, p. 233-250, 2009. HeinOnline. **STF (DIG)**
103. KOZICKI, Katya; VAN DER BROOKE, Bianca Maruszczak Schneider. A ADPF 347 e o "Estado de coisas inconstitucional": ativismo dialógico e democratização do controle de constitucionalidade no Brasil = ADPF 347 and the "Unconstitutional state of affairs": dialogic activism and democratization of the control of constitutionality in Brazil. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 147-181, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=383&sid=36>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1144439] MJU STJ **STF (DIG)**
104. LAIN, Corinna Barrett. Upside-down judicial review. **The Georgetown Law Journal**, Washington, v. 101, n. 1, p. 113-183, Nov. 2012. HeinOnline. Disponível em: <https://scholarship.richmond.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1039&context=law-faculty-publications>. Acesso em: 1 fev. 2024. **STF (DIG)**
105. LAWSON, Anna; BECKETT, Angharad E. The social and human rights models of disability: towards a complementarity thesis. **The International Journal of Human Rights**, Londres, v. 25, n. 2, p. 348-379, July 2020. HeinOnline. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642987.2020.1783533>. Acesso em: 1 fev. 2024. **STF (DIG)**
106. LEAL, Mônia Clarissa Hennig; VARGAS, Eliziane Fardin de. Omissão legislativa e atuação contramajoritária do Supremo Tribunal Federal em relação às minorias sexuais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 60, n. 240, p. 219-243, out./dez. 2023. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/rii/edicoes/60/240/rii\\_v60\\_n240\\_p219.pdf/view](https://www12.senado.leg.br/rii/edicoes/60/240/rii_v60_n240_p219.pdf/view). Acesso em: 14 fev. 2024. [1252600] SEN TJD **STF (DIG)**

107. LEITE, Carina Lellis Nicoll Simões. As audiências públicas no STF: mero instrumento de legitimação formal? *In*: SARMENTO, Daniel (coord.) **Jurisdição constitucional e política**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 489-526. [1039726] SEN TCD TJD TST **STF 341.2563 J95 JCP (DIG)**
108. LEMAITRE, Julieta. Catholic constitutionalism on sex, women, and the beginning of life. *In*: COOK, Rebecca J.; ERDMAN, Joanna N.; DICKENS, Bernard M. (ed.). **Abortion law in transnational perspective: cases and controversies**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014. p. 239-257. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2920254](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2920254). Acesso em: 1 fev. 2024. **(DIG)**
109. LIMA, Flavia Danielle Santiago; FRANÇA, Eduarda Peixoto da Cunha. Processo coletivo, estrutural e dialógico: o papel do juiz-articulador na interação entre os partícipes na ação civil pública. **A & C: revista de direito administrativo & constitucional**, Belo Horizonte, v. 21, n. 84, p. 169-198, jun. 2021. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1366/906>. Acesso em: 7 fev. 2024. [1200340] AGU CLD STJ TCD TJD **STF (DIG)**
110. LINDBERG, Tracey. **Critical indigenous legal theory**. 2007. 449 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculty of Law, University of Ottawa, Ottawa, 2007. Disponível em: <https://ruor.uottawa.ca/handle/10393/29478>. Acesso em: 7 fev. 2024.
111. LIRA, Daiane Nogueira de; ALENCAR, Ildegard Hevelyn de Oliveira. O caso do amianto no Supremo Tribunal Federal. *In*: MORAES, Alexandre de; MENDONÇA, André Luiz de Almeida (coord.). **Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 153-172. [1168591] SEN AGU STJ STM TCD TJD **STF 341.234 D383 DSJ (DIG)**
112. LOBO, Edilene; MÓL, Ana Lúcia Ribeiro. O direito fundamental de acesso às inovações tecnológicas e a omissão do estado brasileiro

na adoção de políticas públicas para sua proteção. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 8, p. 146-165, 2022. Edição Especial. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/18878>. Acesso em: 7 fev. 2024. **(DIG)**

113. LOIS, Cecilia Caballero; CASTRO, Carolina Soares Castelliano Lucena de. Feminismo estatal, injustiças metapolíticas e a formação do rol de legitimados do controle concentrado de constitucionalidade. *In*: PETER DA SILVA, Christine Oliveira; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi (coord.). **Constitucionalismo feminista**. 1. ed. 2. tiragem. Salvador: JusPODIVM, 2019. p. 215-237. [1155567] SEN CLD PGR TST **STF 341.2726 C758 CFE 2.TIR. (DIG)**
114. LOPES, Juliana Araújo. Quem pariu América?: trabalho doméstico, constitucionalismo e memória em pretuguês. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 93-123, ago. 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6900/pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024. [1190105] **STF (DIG)**
115. LUNARDI, Soraya Gasparetto. Controle judicial da constitucionalidade de atos normativos anteriores à CF/88: autocriação processual e sua paulatina superação legislativa. *In*: CLÈVE, Clèmerson Merlin; SHIER, Paulo Ricardo; LORENZETTO, Bruno Meneses (coord.). **Jurisdição constitucional em perspectiva: estudos em comemoração aos 20 anos da Lei 9.868/1999**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 277-297. [1197265] SEN CAM STJ TCD TJD
116. MACHADO, Mariana Marinho. Audiências Públicas em demandas estruturais: o caso da Rodovia PI 245. *In*: BOCHENEK, Antônio César (coord.). **Demandas estruturais e litígios de alta complexidade: casos práticos analisados no Mestrado da Enfam**. Brasília: ENFAM; São Paulo: Tikibooks, 2023. v. 2, p. 113-127. Disponível em: [https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/Demandas-estruturais\\_digital-2.pdf#page=115](https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/Demandas-estruturais_digital-2.pdf#page=115). Acesso em: 9 fev. 2024. [1249460] **STF (DIG)**

117. MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; PRADO, Mariana Mota. Dimensões institucionais da igualdade de gênero: o caso Maria da Penha. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 2404-2443, dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/56463>. Acesso em: 5 mar. 2024. **(DIG)**
118. MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. A implementação de um governo aberto no executivo federal brasileiro: próximos passos e novos desafios. **Suprema: revista de estudos constitucionais**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 85-125, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/169/75>. Acesso em: 9 fev. 2024. [1230002] STJ **STF (DIG)**
119. MAEDA, Patrícia; SEVERI, Fabiana Cristina. Decisões judiciais sobre assédios e violências praticados contra trabalhadora mãe. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 6, p. 1-30, 2023. Disponível em: <https://revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/147/136>. Acesso em: 7 fev. 2024. **(DIG)**
120. MAGALHÃES, Andréa da Fonseca Santos Torres. RE nº 597.854, gratuidade em pós-graduações públicas: a coparticipação privada como instrumento para a máxima efetividade do direito social. *In*: FUX, Luiz. **Jurisdição constitucional III: república e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 265 p. [1169965] PGR **STF 341.2563 J95 JDD**
121. MAIA, Tainá Garcia. Challenging the use of external sources by the Inter-American Court of Human Rights. **International and Comparative Law Quarterly**, Londres, v. 72, p. 977-1011, Oct. 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-and-comparative-law-quarterly/article/challenging-the-use-of-external-sources-by-the-interamerican-court-of-human-rights/5E1799F2E8DA96D2B9386AB3997A623D>. Acesso em: 8 fev. 2024. **(DIG)**

122. MARONA, Marjorie Corrêa; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. A audiência pública sobre quotas raciais no Supremo Tribunal Federal. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 1, n. 2, p. 257-289, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/70/40>. Acesso em: 9 fev. 2024. [1213936] STJ **STF (DIG)**
123. MARQUES, Claudia Lima. A teoria do ‘diálogo das fontes’ hoje no Brasil e seus novos desafios: uma homenagem à magistratura brasileira. In: MIRAGEM, Bruno; MARQUES, Claudia Lima (coord.). **Diálogo das fontes**: novos estudos sobre a coordenação e aplicação das normas no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 17-72. [1192552] SEN STJ TCD **STF 340.3 D536 DFN (DIG)**
124. MARTEL, Letícia de Campos Velho. Dilemas constitucionais sobre o início e o final da vida: um panorama do estado da arte no direito brasileiro. **Espaço Jurídico Journal of Law** [EJLL], Joaçaba, v. 16, n. 2, p. 669-708, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/6556>. Acesso em: 14 fev. 2024. [1027293] SEN CAM TJD TST **STF 341.272 D598 DFJ (DIG)**
125. MEDINA, Damares. A “repercussão geral” e as mudanças estruturais do processo decisório no Supremo Tribunal Federal = “General repercussion” and structural process changes in the decision making of the brazilian Supreme Federal Court. **Revista de Processo Comparado**, São Paulo, n. 2, p. 327-334, jul./dez. 2015. [1074636] PGR STJ TJD
126. MELO, Lílian M. Cintra de. Enduring issues of digital exclusion, emerging pressures of internet regulation in Brazil. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 2, n. 1, p. 287-326, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/156/61>. Acesso em: 8 fev. 2024. [1220346] STJ **STF (DIG)**

127. MELO, Mônica de. **Direito fundamental à vida e ao aborto a partir de uma perspectiva constitucional, de gênero e da criminologia.** 2018. Orientadora: Sílvia Pimentel. 189 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/21811>. Acesso em: 9 fev. 2024.
128. MELLO, Patrícia Perrone Campos. **Nos bastidores do STF.** Rio de Janeiro: Forense, 2015. 399 p. Sumário disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1049354>. Acesso em: 21 mar. 2024. [1049354] SEN CAM TJD **STF 341.4191 M527 BST**
129. MENDES, Soraia da Rosa. Os direitos fundamentais das mulheres à autodeterminação e à proteção contra violência. *In*: GOTTI, Alessandra *et al.* (coord.). **Mulheres e justiça: os direitos fundamentais escritos por elas.** Salvador: JusPODIVM, 2021. p. 555-576. [1200137] CAM SEN TJD TST **STF 341.2726 M956 MJD (DIG)**
130. MONTEIRO, Suliete Gervásio. **O retorno de Xawara no território Yanomami: conflito, luta e resistência.** 2022. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/45630/1/2022\\_SulieteGerv%C3%A1sioMonteiro.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/45630/1/2022_SulieteGerv%C3%A1sioMonteiro.pdf). Acesso em: 7 fev. 2024. **(DIG)**
131. MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Processo, 2017. 356 p. [1105396] STJ TJD
132. MORALES ANTONIAZZI, Mariela. El mandato transformador del Sistema Interamericano como respuesta a la pandemia a la luz del test democrático. **International Journal of Constitutional Law**, New York, v. 19, n. 4, p. 1229-1234, Oct. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/19/4/1229/6523432>. Acesso em: 14 fev. 2024. [1212483] **STF (DIG)**

133. MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. **A responsabilidade civil por presunção de causalidade**. 1. ed. 2. tiragem. Rio de Janeiro: GZ, 2010. 366 p. [902097] TJD
134. NAVARRO, Gabriela Cristina Braga. The judgment of the case Xucuru People v. Brazil: Inter-American Court of Human Rights between consolidation and setbacks. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 203-223, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/5958/pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024. (DIG)
135. NERIS, Natália. **A voz e a palavra do movimento negro na constituinte de 1988**. São Paulo: Letramento: Casa do Direito, 2019. 264 p. [1176916] CAM
136. NEVES, Ciani Sueli das. O lixo vai falar: racismo, sexismo e invisibilidades do sujeito negro nas narrativas de direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 124-141, ago. 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6816#:~:text=Sueli%20das%20Neves,Resumo,sociedade%20em%20que%20s%C3%A3o%20forjados>. Acesso em: 7 fev. 2024. [1190106] STF (DIG)
137. NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bitencourt; NASCIMENTO, Anne Heloíse Barbosa do. Indígenas e sistema de justiça: indicadores do monitoramento do impacto do caso Xukuru no Brasil. **Suprema: revista de estudos constitucionais**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 189-231, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/140/84>. Acesso em: 7 fev. 2024. [1230027] STF (DIG)
138. NORTHFLEET, Ellen Gracie. O papel decisivo do Superior Tribunal de Justiça para o progresso da arbitragem no Brasil. **Revista de Estudos Jurídicos do Superior Tribunal de Justiça**: RejuriSTJ, Brasília, v. 1, n. 1, p. 17-24, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://rejuri.stj.jus.br/index.php/revistacientifica/article/view/169/27>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1180978] STJ STF

139. NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. A interpretação do princípio da defesa do meio ambiente na ordem econômica e a extensão do direito ao meio ambiente. *In*: NUSDEO, Fábio (coord.); PINTO, Alexandre Evaristo (org.). **A ordem econômica constitucional: estudos em celebração ao 1º centenário da Constituição de Weimar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 331-345. [1168815] SEN CAM TCD TJD
140. O'CONNOR, Sandra Day. First Women: The Contribution of American Women to the Law. **Valparaiso University Law Review**, Valparaiso, v. 53, n. 4, p. 947-950, 2019. HeinOnline. **STF (DIG)**
141. OLIVEIRA, Fabiana Luci de. A judicialização da política na transição democrática no Brasil (1979-1988) = Judicialization of politics in democratic transition in Brazil (1979-1988). **Suprema: revista de estudos constitucionais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 214-240, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/23/20>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1202563] **STF (DIG)**
142. OLIVEIRA, Kelly; NEVES, Rita; FIALHO, Vânia. Conflitos, violências e o caso Xukuru na CIDH. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 424-451, mar. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/65124>. Acesso em: 7 fev. 2024. **(DIG)**
143. OLIVEIRA FILHA, Manuelita Hermes Rosa. A cross-judicial fertilization entre o Supremo Tribunal Federal e a Corte Europeia de Direitos Humanos: um processo de argumentação à luz do direito comparado. *In*: SALIBA, Aziz Tuffi; LIMA, Lucas Carlos (coord.); DIAS, Juliana de Carvalho (colab.). **Diálogos entre cortes e tribunais internacionais**. Belo Horizonte: Initia Via, 2019. p. 180-195. [1197083] AGU
144. OLSEN, Ana Carolina Lopes; KOZICKI, Katya. O constitucionalismo transformador como instrumento de enfrentamento do racismo estrutural: o papel do STF = Transformative constitutionalism as a tool to face structural racism: the role of the Brazilian Supreme



- Court. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 1, n. 1, p. 82-118, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/18/16>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1202559] **STF**
145. OSMO, Carla; FANTI, Fabiola. ADPF das Favelas: mobilização do direito no encontro da pandemia com a violência policial e o racismo. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 2102-2146, set. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/61282>. Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
146. OSORIO, Aline. **Direito eleitoral e liberdade de expressão**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 385 p. Sumário disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2022/dezembro/1226541/sumario.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024. [1226541] **STF 341.28492 O83 DEL 2.ED.**
147. PAMPLONA, Danielle Anne. O conteúdo do direito à liberdade de expressão, o discurso de ódio e a resposta democrática. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 297-316, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6786083.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024. **(DIG)**
148. PASQUALOTTO, Victória Franco. Um retrato em 3x4: o início da história da reclamação no Brasil = Dawn of “reclamação” in Brazil: a portrait. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 46, n. 322, p. 267-279, dez. 2021. [1208404] SEN PGR STJ TJD **STF (DIG)**
149. PASSOS, Maria Clara Araújo dos; GARCIA, Carla Cristina. Entre inexistências e visibilidades: a agência sociopolítica de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil (1979-2020). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 4, n. 14, p. 32-53, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12282>. Acesso em: 14 fev. 2024. **(DIG)**

150. PENCAK, Nina. A ADI nº 4.481/PR e os avanços no combate à guerra fiscal. *In*: SARAIVA, Renata *et al.* (coord.). **Ministro Luís Roberto Barroso: 5 anos de Supremo Tribunal Federal: homenagem de seus assessores**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 297-308. [1175530] SEN CAM **STF 341.4191 M665 MLR (DIG)**
151. PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; KELLER, Clara Iglesias. Constitucionalismo digital: contradições de um conceito impreciso. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 2648-2689, dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/70887>. Acesso em: 7 fev. 2024. **(DIG)**
152. PEREIRA, Paula Pessoa. Constitucionalismo brasileiro e a regra de julgamento para as decisões do Supremo Tribunal Federal: maioria ou supermaioria? *In*: PETER DA SILVA, Christine Oliveira; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (coord.); NOWAK, Bruna (org.). **Constitucionalismo feminista**. 1. ed. 2. tiragem. Salvador: JusPODIVM, 2019. p. 119-152. [1155525] SEN CLD PGR TST **STF 341.2726 C758 CFE 2.TIR. (DIG)**
153. PETER DA SILVA, Christine Oliveira. Repercussão geral como instrumento de concretização do Supremo Tribunal dos direitos fundamentais. *In*: MARINONI, Luiz Guilherme; SARLET, Ingo Wolfgang (coord.); CREMONESE, Cleverton; PESSOA, Paula (org.). **Processo constitucional**. 2. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. p. 733-759. [1171965] SEN CAM STJ TCD TJD TST **STF 341.2563 P963 PRO (DIG)**
154. PIMENTEL, Silvia; GREGORUT, Adriana. Humanização do direito internacional: as recomendações federais dos comitês de direitos humanos da ONU e seu papel crucial na interpretação autorizada das normas de direito internacional. *In*: PINTO, Eduardo Vera-Cruz *et al.* (org.). **Refugiados, imigrantes e igualdade dos povos: estudos em homenagem a António Guterres**. São Paulo: Quartier Latin, 2017. p. 71-84. [1144791] STJ TST **STF 341.12191 R332 RII**

155. PIOVESAN, Flávia. Proteção dos direitos humanos das mulheres no sistema interamericano. *In*: GOTTI, Alessandra; SOARES, Virginia P.; CUREAU, Sandra (coord.). **Mulheres e justiça**: os direitos fundamentais escritos por elas. Salvador: JusPODIVM, 2021. p. 59-76. [1198146] SEN CAM TJD TST **STF 341.2726 M956 MJD (DIG)**
156. PIRES, Thula; STANCHI, Malu. Racismo institucional e violência obstétrica: dispositivo sistêmico de genocídio da população negra. *In*: CASTRO, Thamis Dalsenter Viveiros de (org.). **Violência obstétrica em debate**: diálogos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 209-232. [1188898] CAM CLD TJD
157. POU GIMÉNEZ, Francisca. Hybridity and constitutional taxonomy in Latin America. **Law & Ethics of Human Rights**, Berlin, vol. 16, n. 2, p. 245-272, 2022. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/lehr-2022-2011/pdf?licenseType=open-access>. Acesso em: 7 fev. 2024. **(DIG)**
158. POZAS-LOYO, Andrea. What is “constitutional efficacy”? Conceptual obstacles for research on the effects of constitutions. **Mexican Law Review**, Ciudad del Mexico, v. 9, n. 1, p. 23-44, jul./dic. 2016. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/mexican-law-review/article/view/10429/12505>. Acesso em: 16 fev. 2024.
159. PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. Racismo estrutural. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15. Região**, Brasília, n. 55, p. 23-34, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/169160>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1165496] SEN STJ TST
160. PUGA, Mariela Gladys. El caso estructural en América Latina. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 3, n. 2, p. 21-49, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/292/117>. Acesso em: 9 fev. 2024. [1252145] STJ **STF (DIG)**

161. QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; TAVARES, Ana Claudia Diogo; VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Campo jurídico, direito à moradia digna e ADPF 828. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 3, n. 1, p. 283-322, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/141/94>. Acesso em: 9 fev. 2024. [1243136] STJ **STF (DIG)**
162. RAMANZINI, Isabela Gerbelli Garbin. Impactos da justiça transicional Sul-Americana no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 103, p. 261-284, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/FvCNWz3GDwvK6MSLp7kN77f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2024. **(DIG)**
163. RAMOS, Chiara. Transconstitucionalismo na União Europeia e no Mercosul: sobre a solução de problemas constitucionais que passam o âmbito da soberania da ordem jurídica interna. **Ciência jurídica**, Belo Horizonte, v. 28, n. 180, p. 132-153, nov./dez. 2014. [1033045] SEN STM TJD **STF (DIG)**
164. RAMOS, Edith Maria Barbosa *et al.* A autonomia financeira dos municípios no federalismo brasileiro = The financial autonomy of the municipalities in Brazilian federalism = La autonomía financiera de los municipios en el federalismo brasileño. **E-legis**: revista eletrônica do Programa de Pós-graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 13, n. 32, p. 76-102, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40341>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1201430] **(DIG)**
165. RAMOS, Luciana de Oliveira. Controle de constitucionalidade por omissão no Supremo Tribunal Federal: uma abordagem empírica. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**: RBEC, Belo Horizonte, v. 5, n. 20, p. 263-287, out./dez. 2011. [939710] SEN CAM AGU MJ PGR STJ TJD **STF (DIG)**
166. RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Democracia forjada em juízo: reflexões sobre a jurisdição constitucional através do método de estudo de caso. **Direitos Fundamentais e Justiça**, Porto Alegre, v. 6, n. 19, p. 69-101, abr./jun. 2012. [946359] SEN STJ TJD TST

167. RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Teoria do Estado: do estado de direito ao estado democrático de direito**. 2. ed. Barueri: Manole, 2019. 429 p. [1138724] CAM PGR TJD **STF 341.201 R197 TEE 2.ED.**
168. REFOSCO, Helena Campos. **Ação coletiva e democratização do acesso à justiça**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. 415 p. Sumário disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2018/junho/1124951/SUMARIO.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1124951] SEN CAM STJ TST **STF 341.272 R332 ACD**
169. RIBEIRO, Djamilá. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR: revista internacional de direitos humanos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 99-104, dez. 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamilá-ribeiro.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2024. [1171084] **(DIG)**
170. ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **Direitos de (para) todos**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008. 171 p. [822910] SEN CAM STJ TJD TST **STF 341.27 R672 DTO 2.ED.**
171. RUBIO-MARÍN, Ruth. En defensa de la paridad como forma de entender la democracia, con vocación de permanencia: en respuesta a Micaela Alterio = In defense of parity as a form of understanding democracy with a vocation of permanence: a reply to Micaela Alterio. **International Journal of Constitutional Law**, New York, v. 19, n. 4, p. 1445-1449, Oct. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/19/4/1445/6523441>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1212744] **STF (DIG)**
172. RUIBAL, Alba. A controvérsia constitucional do aborto no Brasil: inovação na interação entre movimento social e Supremo Tribunal Federal. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1166-1187, jun. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/50431>. Acesso em: 9 fev. 2024. **(DIG)**
173. SÁ, Gabriela Barretto de. **Direito à memória e ancestralidade: escritórias amefricanas de mulheres escravizadas**. 2020. 152 f.

Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/41629>. Acesso em: 15 fev. 2024.

174. SADEK, Maria Tereza (org.). **O judiciário do nosso tempo**: grandes nomes escrevem sobre o desafio de fazer justiça no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021. 352 p. Sumário disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/172869/judiciario\\_nosso\\_tempo\\_sadek.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/172869/judiciario_nosso_tempo_sadek.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024. [1210988] **STF 341.256 J92 JNT**
175. SANTOS, Bianca Figueira; MONICA, Eder Fernandes. A reforma compulsória de militares transexuais das Forças Armadas Brasileiras sob uma perspectiva global comparada. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL GLOBALIZACIÓN, ÉTICA Y DERECHO, 4., 2020, Madri. **Actas do** [...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid; Niteroi: Universidad Federal Fluminense, 2020. p. 1137-1175. Disponível em: <http://decied.org/wp-content/uploads/2021/05/ACTAS-IV-CIGED-Madrid-1.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024. **(DIG)**
176. SANTOS, Elisiane; GONZÁLEZ, Ana Lúcia Stumpf. Interseccionalidades de raça, gênero e geracionais no trabalho doméstico e o sistema de justiça na garantia de direitos fundamentais. **Revista do Tribunal do Trabalho da 2. Região**, São Paulo, n. 26, p. 106-125, 2021. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/14419>. Acesso em: 7 fev. 2024. [1232976] **(DIG)**
177. SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Reconhecimento, utopia, distopia**: os sentidos da política de cotas raciais. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012. 230 p. Sumário disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=936611>. Acesso em: 16 fev. 2024. [936611] **CAM SEN TJD**
178. SANTOS, Lucineia Rosa dos. Estrutura da normativa de proteção da igualdade racial no Brasil. **Poliética**: revista de ética e filosofia política, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 64-91, dez. 2019. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/PoliEtica/article/view/46369>.  
Acesso em: 7 fev. 2024. (DIG)

179. SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. Desafios interculturais e interepistêmicos: uma análise comparada dos desenhos constitucionais do novo constitucionalismo latinoamericano e sua agenda pendente. **Diké: revista jurídica, Ilhéus**. v. 22, n. 22, p. 2-24, abr. 2023. Edição especial. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/3752>. Acesso em: 7 fev. 2024. (DIG)
180. SCHEPPELE, Kim Lane. Autocratic Legalism. **The University of Chicago Law Review**, Chicago, v. 85, n. 2, p. 545-584, Mar. 2018. HeinOnline. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6085&context=uclev>. Acesso em: 7 fev. 2024. STF (DIG)
181. SCHREIBER, Simone. Guarda da Constituição e não dos presídios: o desafio do Poder Judiciário na concretização da garantia da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos. *In: ESPÍNEIRA, Bruno; COLAVOLPE, Luís Eduardo; MATTOS FILHO, Maurício (org.). A prova e o processo penal constitucionalizado: estudos em homenagem ao ministro Sebastião Reis*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021. p. 659-671. [1221708] SEN STJ STF (DIG)
182. SEGATO, Rita Laura. **Las nuevas formas de guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el Árbol, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/jspui/handle/123456789/147>. Acesso em: 22 mar. 2022.
183. SHANKAR, Shylashri. The State of Emergency in India: Bockenforde's Model in a Sub-National Context. **German Law Journal**, [Frankfurt], v. 19, n. 2, p. 197-218, 2018. HeinOnline. STF (DIG)
184. SIEGEL, Reva B. ProChoiceLife: asking who protects life and how - and why it matters in law and politics. **Indiana Law Journal**, Bloomington, v. 93, n. 1, p. 207-232, 2018. HeinOnline. Disponível

em: <https://www.repository.law.indiana.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=11283&context=ilj>. Acesso em: 8 fev. 2024. **STF (DIG)**

185. SILVA, Allyne Andrade e. Do epistemicídio a epistemologias do aparecimento: mulheres negras no sistema de justiça e nas ciências criminais = From epistemicide to epistemologies of the appearance: black women in the justice system and criminal sciences. **Boletim IBCCrim**, São Paulo, v. 28, n. 328, p. 15-19, mar. 2020. [1195498] CAM PGR STJ TJD **STF (DIG)**
186. SILVA, Carolina Machado Cyrillo da. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a hierarquia entre os direitos humanos e direitos fundamentais da Constituição brasileira de 1988. *In*: BERTOLDI, Márcia Rodrigues; CARDOSO, Simone Tassinari; GASTAL, Alexandre Fernandes (org.). **Direitos fundamentais e vulnerabilidade social**: em homenagem ao professor Ingo Wolfgang Sarlet. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2016. p. 237-250. [1078120] SEN CAM TCD TST **STF 341.27 D598 DFV (DIG)**
187. SILVA, Isadora Brandão Araújo da. Caso Fernandez Prieto & Tumbeiro vs. Argentina e a filtragem racial no Brasil. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 29, n. 339, p. 32-35, fev. 2023. Disponível em: [https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim\\_1993/article/view/685](https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/685). Acesso em: 8 fev. 2024. [1196101] STJ **STF**
188. SILVA, Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da. Direito universal ao Nome: (Manifesto pela Vida II). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 3, n. 11, p. 208-219, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10505>. Acesso em: 14 fev. 2024. **(DIG)**
189. SILVA, Simone Schuck da. **Fora da norma?** A construção do “direito à identidade” de pessoas trans e travestis. Curitiba: Appris, 2021. 184 p. Sumário disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/171546/fora\\_norma\\_Silva.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/171546/fora_norma_Silva.pdf). Acesso em: 7 fev. 2024. [1223727] STJ **(DIG)**



190. SOARES, Fabiana de Menezes. Mulheres substantivas – Olympe de Gouges e Marieta Baderna: o papel subversivo das artes no contexto dos direitos humanos em movimento. **Estudos legislativos**, Porto Alegre, v. 10, n. 10, p. 33-60, dez. 2016. Disponível em: [https://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos\\_legislativos/article/view/215](https://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/215). Acesso em: 15 fev. 2024. [1105440] SEN CAM
191. SOTOMAYOR, Sonia. Tribute to Judge Robert Katzmann: comments. **New York University Annual Survey of American Law**, New York, v. 75, n. 1, p. 3-5, 2019. HeinOnline. **STF (DIG)**
192. SOUSA, Raffaella Cássia de. **O processo coletivo intercultural: o direito de acesso dos povos indígenas à Justiça**. Orientador: Roger Raupp Rios. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/172012?mode=full>. Acesso em: 7 fev. 2024.
193. TELLES, Cristina. Direito à igualdade de gênero: uma proposta de densificação do Art. 5º, I, da Constituição de 1988. **Revista da Emerj**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 1, p. 169-204, set./dez. 2019. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista\\_v21\\_n3/tomo1/revista\\_v21\\_n3\\_tomo1\\_169.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v21_n3/tomo1/revista_v21_n3_tomo1_169.pdf). Acesso em: 8 fev. 2024. [1165458] **(DIG)**
194. TIBURCIO, Carmen. **Extensão e limites da jurisdição brasileira: competência internacional e imunidade de jurisdição**. 2. ed. rev. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2019. 495 p. Sumário disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/136949/extensao\\_limites\\_jurisdiacao\\_tiburcio.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/136949/extensao_limites_jurisdiacao_tiburcio.pdf). Acesso em: 14 fev. 2024. [1153749] STJ TCD **STF 342.38146 T554 ELJ 2.ED.**
195. VALLE, Vanice Regina Lírio do. Deferência judicial às escolhas regulatórias: o que podemos aprender com standards aplicados pela Suprema Corte estadunidense = Judicial deference to agency regulation: what can we learn with the us Supreme Court applicable standards. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro,

- v. 280, n. 2, p. 137-164, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/84499/80107>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1204264] SEN CAM STJ TCD TJD **STF**
196. VAZ, Livia Maria Santana e Sant'Anna. **Direito fundamental à igualdade racial**. Orientador: Paulo Manuel Cunha da Costa Otero. 2022. 951 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/57015>. Acesso em: 8 fev. 2024.
197. VERBICARO, Loiane Prado; PONTES, Juliana Fonseca. Liberalismo autoritário: Carl Schmitt e Hermann Heller encontram Wendy Brown = Authoritarian liberalism: Carl Schmitt and Hermann Heller meet Wendy Brown. **Suprema**: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 1, n. 1, p. 404-426, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/28/25>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1202569] **STF (DIG)**
198. WEBER, Rosa. Trinta anos da Constituição coragem: caminho de afirmação dos direitos fundamentais do cidadão trabalhador. *In*: TOFFOLI, José Antonio Dias (org.). **30 anos da Constituição Brasileira**: democracia, direitos fundamentais e instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 527-546. [1131932] SEN STJ TJD TST **STF 341.2481 T833 TAC (DIG)**
199. YUMBAY YALLICO, Mariana. Delitos contra el Derecho a la Igualdad. **Revista Ensayos Penales**, Quito, n. 9, p. 45-54, abr. 2014. Disponível em: [https://www.cortenacional.gob.ec/cnj/images/pdf/revistas\\_penales/Ensayo9.pdf](https://www.cortenacional.gob.ec/cnj/images/pdf/revistas_penales/Ensayo9.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024. **(DIG)**
200. YEUNG, Luciana Luk-Tai. Medindo a eficiência dos tribunais brasileiros: uma década depois = Measuring efficiency of Brazilian courts: one decade later. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 279, n. 1, p. 111-134, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/81376/77723>. Acesso em: 16 fev. 2024. [1182072] SEN CAM MJU STJ TCD TJD **STF (DIG)**

Esta obra foi finalizada, em março de 2024, pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal.

Foi projetada e composta na fonte Adobe Caslon Pro.